

“Comunistas, Subversivos e Perniciosos”: expurgos nas faculdades de Pelotas-RS ao longo da ditadura civil-militar

“Communists, Subversives and pernicious”: purges at the universities of Pelotas-RS during the civil-military dictatorship

Nathalia Lima Estevam,¹ UFPel

Resumo

O presente artigo é um recorte da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Pós - Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. E visa analisar os primeiros anos do contexto de vigilância imposto pelo golpe civil-militar de 1964 nas faculdades da cidade de Pelotas. Tendo em vista a participação de membros do corpo militar, mas também civil. Logo nos primeiros dias de instauração do referido, instituições públicas em todo Brasil foram afetadas pelo Ato Institucional nº1, que articula a “operação limpeza” em instituições públicas de todo país. Nessas instituições a caça aos subversivos foi corriqueira. Da mesma forma, as universidades e faculdades públicas em Pelotas sofreram com a expulsão e a aposentadoria de membros progressistas do corpo docente e discente mobilizada por agentes repressivos nas instituições de ensino e por investigações militares.

Palavras-chave: Faculdades; Perseguição política; Expurgos; Ditadura civil-militar.

Abstract

This article is an excerpt from the ongoing research in the Postgraduate Program in History at the Federal University of Pelotas. It aims to analyze the early years of the surveillance context imposed by the civil-military coup of 1964 in the colleges of the city of Pelotas. Considering the participation of both military and civilian members, in the initial days of its establishment, public institutions across Brazil were affected by Institutional Act No. 1, which orchestrated the 'clean-up operation' in public institutions nationwide. In these institutions, the hunt for subversives was commonplace. Similarly, public universities and colleges in Pelotas suffered from the expulsion and retirement of progressive members of the faculty and student body mobilized by repressive agents within the educational institutions and military investigations.

Keywords: College; Political persecution; Purges; Civil-military dictatorship.

Introdução: As universidades no regime civil-militar

Os primeiros anos da ditadura civil-militar brasileira foram marcados pela repressão e perseguição ideológica. Nos órgãos públicos, expurgos de professores, técnicos e demais funcionários começaram logo nos primeiros dias de abril de 1964. Nas universidades o contexto era similar, através de invasões à *campi* universitários, Inquéritos da Polícia Militar

¹ Mestranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Pelotas. É participante da Comissão para implementação de medidas de memória, verdade e justiça na UFPEL (CMVJ-UFPEL) em 2023. Desenvolve pesquisas sobre as instituições de ensino na cidade de Pelotas e a ditadura civil-militar.

(IPM's), e a criação de Assessorias Sumárias de Informação (ASI), os agentes repressivos buscaram “limpar” do ensino superior a possível subversão. É neste contexto que em 9 de abril de 1964, poucos dias após a instauração do golpe, é publicado o Ato Institucional nº1, que previa além de uma restauração “moral do Brasil”, a cassação de direitos políticos e a suspensão de garantias constitucionais para servidores públicos, entre outras determinações. O AI-1 foi acompanhado nas instituições públicas pela “operação limpeza”, que ocorreu em âmbito nacional e que tinha como objetivo livrar o funcionalismo público dos “subversivos” no primeiro momento, e dos corruptos logo após (Motta, 2014). Além de suas ações através do aparato burocrático, como a instauração de IPM's, a operação também agiu no contexto social ao incitar que parte dos civis buscassem pelos elementos “subversivos” através da criação de comissões de investigação nos órgãos públicos. Essas ações coibiram o desenvolvimento de projetos identificados como imorais ou subversivos, reprimindo, assim, as ações de funcionários, professores e alunos nas instituições de ensino superior (Ferreira, 2017).

É a partir deste contexto que o presente artigo pretende, por meio da documentação disponível no Sistema de Informações do Arquivo Nacional (SIAN), assim como nos documentos do Núcleo de Documentação Histórica Professora Beatriz Loner (NDH-UFPel), analisar os expurgos ocorridos nas faculdades de Pelotas a partir do ano de 1964. Esta pesquisa ainda está em andamento, e para o presente trabalho compreende até o ano de 1972, ano dos últimos expurgos registrados nas documentações pesquisadas até o momento. O estudo também objetiva apresentar a participação civil na manutenção deste complexo e burocrático emaranhado de informações e determinações adquiridas pelo regime ao longo dos anos.

Dessa forma, para compreender parte do contexto a que os indivíduos articulados ao golpe e também os afetados estavam é necessário elencar as principais instituições públicas de ensino e pesquisa presentes na cidade de Pelotas no ano de 1964. São elas, as Faculdades de Direito e Odontologia da Universidade do Rio Grande do Sul (URGS),² a Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul (UFRRGS) e o Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul (IPEAS). Ambas as instituições foram atingidas pela “operação limpeza” e conseqüentemente pelo AI-1. No contexto privado, outra importante instituição presente na cidade, a Universidade Católica de Pelotas (UCPel), deve ser evidenciada, pois embora não

² Atualmente Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

estivesse na esfera pública, passou a integrar investigações de condução similar às da “operação limpeza”.

Editado em 9 de Abril de 1964, o primeiro Ato Institucional do governo golpista previu no seu 7º artigo a suspensão temporária dos direitos constitucionais ou legais de estabilidade e vitalidade (Brasil, 1964a). Dessa forma, suspendeu pelo período inicial de 6 meses garantias políticas, e direitos dos servidores públicos. O documento ainda indica a possibilidade de extensão da vigência do mesmo pelo prazo de 10 anos, e aponta em anexo 102 nomes de sindicalistas, parlamentares, intelectuais, membros do corpo militar, entre outros "subversivos". Com o objetivo de “drenar o bolsão comunista cuja purulência já se havia infiltrado não só na cúpula do governo como nas suas dependências administrativas”(Brasil, 1964), o ato deu início à “operação limpeza”. Esta operação visou retirar em primeiro momento os “subversivos”, e posteriormente os corruptos das instituições públicas no país. Segundo Marília Silveira nas instituições de ensino superior, “Foram presos e expulsos professores, técnico-administrativos, pesquisadores e estudantes” assim como “foram formadas comissões, compostas por militares e civis, tendo professores das instituições, que cumpriram o papel de delatar, julgar e expulsar seus pares” (2014, p. 61).

O AI-1 foi, nos ambientes de pesquisa e ensino, um dos primeiros passos para a implantação consecutiva da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND). Inspirada na National War College dos Estados Unidos, surge no fim dos anos 1940, no Brasil, a Escola Superior de Guerra (ESG). De acordo com Maria Helena Alves (1985), a instituição recebia instruções de consultores franceses e estadunidenses, e tinha por objetivo treinar seu pessoal para funções de direção e planejamento da segurança nacional, além de elaborar um método de análise e interpretação dos fatores diplomáticos, políticos, militares e econômicos que condicionam o conceito de estratégia. De acordo com Octávio Ianni, conforme Veridiana Oliveira (2018), essa doutrina visava, entre outros pontos, a segurança interna, inclusive contra opositores da mesma, e dessa forma passa a incorporar o meio civil.

Os processos inquisitoriais e as intervenções nas instituições de ensino superior em Pelotas

A partir das recentes pesquisas sobre a “operação limpeza” nas universidades, é possível inferir que suas ações ocorreram em dois momentos. O primeiro, por meio das intervenções nas reitorias e direções, e o segundo, nos procedimentos inquisitoriais e

expurgos. As intervenções nas direções e reitorias ocorreram para facilitar os processos de demissão e aposentadoria compulsória para docentes e técnicos, e a expulsão e investigação nas universidades. Dessa forma, gestores vinculados ao governo legalista recém deposto foram retirados de seus cargos, dando lugar a interventores escolhidos pelo Ministério da Educação ou pelo ditador-presidente, geralmente através de listas elaboradas nas próprias instituições. Outra forma de ação desta operação nas universidades foram os procedimentos inquisitoriais dentro das instituições de ensino. Segundo Rodrigo Sá Motta (2014), às autoridades delegaram às próprias instituições públicas o dever de investigar e punir seus servidores. E estas investigações poderiam ou não ser acompanhadas por militares.

Na Universidade do Rio Grande do Sul, a operação ocorreu através da suspensão de seu reitor e da formação de uma comissão de investigação. No início de 1964 a reitoria era ocupada por Eliseu Paglioli, antigo ministro da Saúde de João Goulart no período parlamentarista (1962), ligado ao Partido Trabalhista Brasileiro. Com a instauração do golpe, não demorou muito para que o reitor entrasse na lista de suspeitos de subversão e sua suspensão ocorresse. Ainda nos primeiros dias de abril Paglioli foi suspenso por Gama e Silva, então ministro da Educação e Cultura. Em 24 de abril o Conselho Universitário da instituição formou uma lista para aprovação do novo reitor. O nome de José Carlos Milano, que se mostrou posteriormente favorável à caça aos “subversivos”, fora aprovado por Castello Branco poucos dias depois (Motta, 2014).

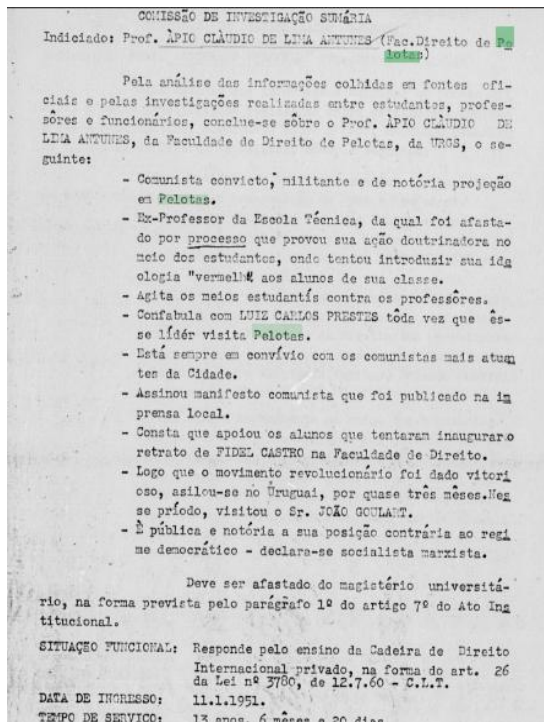
Logo no dia 18 de maio, quando Milano foi confirmado para a reitoria, foi criada a Comissão Especial de Investigação Sumária (CEIS) na universidade através da Portaria de nº 855, baixada pelo novo reitor. Segundo a Portaria, a estrutura da CEIS/URGS funcionaria “em cumprimento ao artigo 7º do Ato Institucional e ao Decreto nº 53.897, de 27 de abril de 1964, que o regulamentou” (UFRGS *apud* Mansan, 2009, p. 84). Mais tarde naquele ano o MEC enviou um telegrama à reitoria da universidade pedindo acompanhamento militar nas investigações. Dessa forma, o processo poderia ser assegurado sem possibilidade de intervenção na antiga gestão.

O trabalho da CEIS foi dividido em subcomissões, nas quais haveria um membro de cada faculdade. Nos *campi* de Pelotas as ações foram dirigidas por Gastão Pureza Duarte, na Faculdade de Odontologia, além de ter sido integrada por Delfim Mendes Silveira, da Faculdade de Direito (FD), Rosah Russomano, da FD, e ainda Ruy Martins Amaral Braga, da mesma instituição. Ao total foram atingidos pela CEIS quatorze funcionários, dez

aposentados e quatro demitidos, se configurando como um dos maiores expurgos movidos por comissões universitárias no país (Motta, 2014). Nos campi de Pelotas a atuação da Comissão resultou em uma dispensa e um aposentamento. Os professores Ápio Cláudio de Lima Antunes e Hugolino de Andrade Uflacher, da Faculdade de Direito, tiveram de se retirar da instituição, sendo acusados de comunistas e doutrinadores.

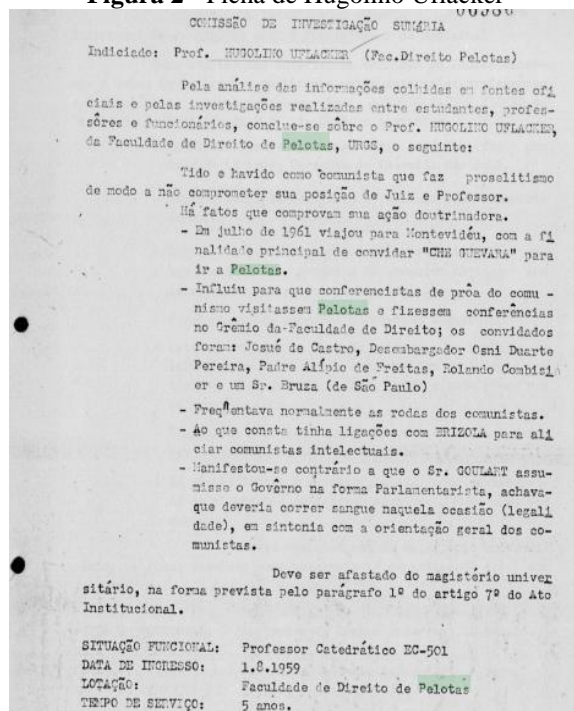
Apoiadas no 7º artigo do AI-1 as investigações da “operação limpeza” foram repetidamente pautadas por questões ideológicas em 1964. E nos relatórios apresentados pela Comissão da URGS ao fim do processo essas relações ficam evidentes. Como exemplo, a ficha de indiciamento de Ápio de Lima Antunes (Figura 1). Professor da disciplina de Direito Internacional, fora acusado de agitador dos meios estudantis, comunista convicto, militante de notoriedade local, entre outras acusações de cunho ideológico. Na ficha de Hugolino Uflacker (Figura 2), a frequência em rodas comunistas, assim como uma viagem em 1961 para Montevideo, de acordo com o documento, para convidar Che Guevara a ir em Pelotas configuraram sua dispensa do cargo ainda naquele ano. As acusações apresentadas visam atribuir aos investigados a falta de ética, e desmoralizar ideias progressistas e independentes presentes no contexto político do pré-golpe.

Figura 1 - Ficha de Ápio Cláudio de Lima Antunes



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8. MIC, GNC. GGG. 83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Figura 2 - Ficha de Hugolino Uflacker



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8. MIC, GNC. GGG. 83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Na Universidade Federal Rural do Rio Grande do Sul e no Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Sul não foi diferente, as ações ocorreram também nos

primeiros dias do golpe. A invasão do campus da Escola de Agronomia da UFRRGS e do IPEAS, no IPM intitulado “Subversão no município de Pelotas/RS” tinha o objetivo de investigar o treinamento de grupos dos onze³, e armamentos presentes no campus do IPEAS. O relatório ainda indica articulações políticas entre AEM e IPEAS na esfera social, atribuindo a professores e alunos acusações de propaganda petebista em seus ciclos sociais. Nesses primeiros dias de golpe, quatro professores das instituições foram presos, sendo eles Darcy Carret, funcionário do Instituto de Pesquisas e Experimentação Agropecuárias do Sul, IPEAS, Dr. Manoel Alves de Oliveira, agrônomo do IPEAS e professor de fitopatologia da Escola de Agronomia Eliseu Maciel, Dr. Amaury Alfredo de Arruda, agrônomo do IPEAS e Edilberto da Costa Amaral, professor de matemática da Escola de Agronomia Eliseu Maciel (DIÁRIO POPULAR apud Ferreira, 2017).

O contexto de vigilância nas instituições de ensino superior

Entre as documentações presentes no NDH-UFPel, analisamos uma entrevista em História Oral realizada pela professora Beatriz Loner no ano de 1992. E para compreender mais sobre o contexto da vigilância nas instituições de ensino superior do município, acionaremos para além da entrevista concedida pela professora Carmen Duarte, as fichas de investigados do SNI e as fichas de indiciamento da CEIS. Vinculada ao projeto “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”, Beatriz Loner entrevistou Carmem Duarte, que foi professora da Faculdade de Ciências Domésticas (FCD) da UFRRGS, e posteriormente na Universidade Federal de Pelotas (UFPel). De acordo com Carmem Duarte houve dois momentos de intensa vigilância nas instituições de ensino que faziam parte, o primeiro em 1964, com instauração do golpe, e o segundo em 1969, logo após a instauração do Ato Institucional de nº 5. Segundo a professora,

[...] a gente estava dando aula e, daqui a pouco, um pé na porta... abria violentamente e entravam sargentos fardados. Aquilo era um terror para os professores, para os alunos; a gente não sabia o que ia acontecer, não sabia quem era quem... Isso tinha deixado um trauma muito grande!⁴

³ Este era um grupo revolucionário brizolista composto por 11 pessoas - associando sua formação a um time de futebol - que se organizavam em pequenas células que poderiam ser mobilizadas agrupadamente (Tavares, 2015).

⁴ Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

Além da possibilidade de intervenção durante as aulas, a professora ainda comenta sobre o envolvimento dos civis favoráveis ao golpe na instituição. Em consonância a estudos como de José Vale (2014), Duarte afirma que para ministrar a disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros os professores eram designados pelo governo, e “era gente [...] que até tinha sido laureada no Serviço de Informação, e que aqui, no nosso caso [Pelotas], tinha sido delator dos próprios colegas.” Ainda segundo a professora,

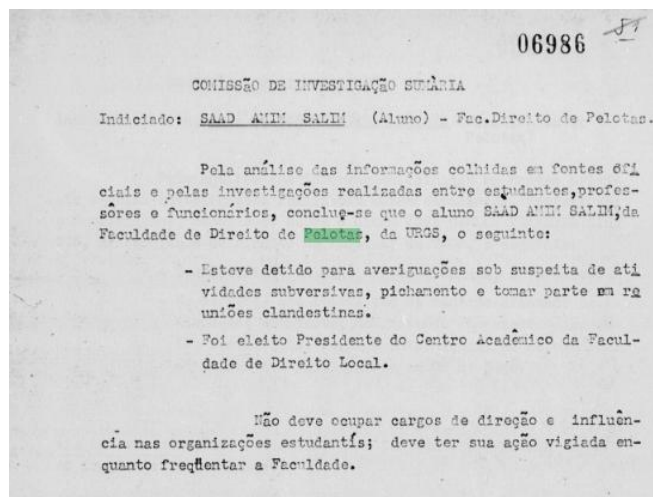
[...] aquilo era uma coisa terrível, porque arreventou com todo um sonho, porque trouxe uma total decepção, porque nos aterrorizou. A gente ficou totalmente aterrorizada e teve que se recolher.

A disciplina havia sido um sonho dos professores das ciências humanas das instituições de ensino superior na cidade, que aos fins dos anos 1960 pensavam em mudar a educação superior na cidade através da dissolução da tecnicidade presentes nos cursos e de estudos sobre as humanidades.

Sobre a participação de civis na caça aos “subversivos” ao longo do regime é relevante ressaltar, na Faculdade de Direito da URGs em Pelotas a colaboração assídua de Delfim Mendes Silveira, diretor daquela instituição, para com o regime. Além de sua rápida participação na Comissão de Investigação Sumária da URGs em 1964, três anos após, no ano de 1967, participou de uma comissão espontânea formada no mesmo campus da instituição pelos professores Ivo Wolff e Gastão Dias de Castro. Por meio das investigações, os alunos João Carlos Alberto Pinto Vieira, Claudio Torres da Silva e João Francisco de Pinedo Kasper sofreram processo administrativo após a ocupação do Restaurante Universitário em março daquele ano. E ao fim do processo, João Vieira, líder estudantil, foi expulso da instituição (Mansan, 2009).

De volta ao contexto de vigilância, na documentação do Sistema Nacional de Informação e da CEIS da URGs, as informações de seus investigados são fortemente mobilizadas. Endereço, horários de saída e chegada, assim como dados anexados das famílias dos investigados e determinações sobre sua situação fazem parte de fichas de investigação dos mesmos. A exemplo, as fichas de Saad Amin Salim (figura 3), estudante da Faculdade de Direito da URGs submetido a vigilância dos órgãos de informação. Saad Salim havia sido presidente do centro acadêmico da Faculdade de Direito em Pelotas, o que o configurou como possível indivíduo subversivo, tendo chegado a ser detido em 1964.

Figura 3 - Ficha de Saad Amin Salim



Fonte: ARQUIVO NACIONAL. BR DFANBSB V8.MIC, GNC.GGG.83006986. Disponível em: <http://sian.an.gov.br/>. Acesso em: 10 mar. 2024.

Vinculada a DSND, a “operação limpeza” também agiu em instituições privadas com o objetivo de conter o inimigo interno nas instituições de ensino. A partir de pesquisas nos processos indenizatórios, movidos pelo governo do estado do Rio Grande do Sul para com os afetados pelo golpe, Vânia Ferreira (2017) evidencia que na Universidade Católica, pelo menos três membros foram afetados pela operação. Vinculado à militância secundarista do PCB, em 1969, o estudante Ismael Carneiro fora preso e torturado, sendo expulso logo em seguida da Escola de Engenharia da UCPel. Já em 1972 outros dois casos, os professores Antônio Voltan e Alceu Salamoni foram submetidos a tortura por suas vinculações políticas. De acordo com as investigações de Ferreira nos processos de Voltan sua atuação na Ação Popular (AP) o havia comprometido, e seus torturadores queriam nomes de companheiros. Sem comprometer seus companheiros, Voltan é solto, após cerca de um mês como preso político. Assim, descobre que perdeu seu cargo como professor da Faculdade de Serviço Social da UCPel e de administrador no Centro Social do SESC. No caso de Alceu Salamoni, após cerca de um mês sob jugo dos militares fora solto e pode retornar a UCPel sem ministrar aulas, o que não deixou de causar reações. Sua participação, mesmo administrativa e sem lecionamento, era vista como perigosa, e moveu o secretário de segurança pública a enviar uma correspondência ao reitor da instituição sugerindo a demissão de Salomoni.

Na segunda onda de expurgos no fim de 1968 e início de 1969 outros dois professores foram atingidos em Pelotas. José Pio de Lima Antunes da Faculdade de Direito e Manuel Alves de Oliveira, docente da Faculdade de Agronomia da UFRRGS. Indiciado em um Inquérito da Polícia Militar, José Antunes foi posteriormente absolvido. Dessa forma, é

relevante ressaltar que para além do aparato de vigilância, as investigações também provocaram expurgos nas instituições de ensino. Estes ocorreram em larga escala, não se restringindo aos órgãos públicos.

A partir da reunião de instituições de ensino superior presentes na cidade de Pelotas, no ano de 1969 foi fundada a Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Em sua gestão foram combinados, por um lado, as instituições públicas, a partir das Faculdades de Odontologia e Direito da URGS, os corpo universitário da UFRGRS, e o Instituto de Sociologia e Política, da URGS em Pelotas. E em outros institutos privados, como o Conservatório de Música de Pelotas, a Faculdade de Medicina, o Instituição Pró Ensino Superior do Sul do Estado (IPESSE), e a Escola de Belas Artes Dona Carmen Trápaga Simões. Para ocupar o cargo de interventor/reitor da instituição, Delfim Mendes Silveira (1969-1977) foi escolhido pelos militares. Como comentado anteriormente, como professor da Faculdade de Direito, Silveira participou do expurgo de dois colegas professores em 1964 e um aluno em 1967. E além de sua conexão institucional com o regime civil-militar, Silveira era parte da elite intelectual da cidade e segundo Gastão Pureza Duarte “era muito afinado com o Regime Militar”⁵.

Após pouco mais de um ano da instauração da Universidade, por demanda do Ministério da Educação e Cultura, é fundada a Assessoria Especial de Investigação Sumária da UFPel (AESI-UFPel). Vinculada ao Serviço Nacional de Informação, a AESI-UFPel tinha como principal objetivo exercer a vigilância sobre a comunidade acadêmica. Não obstante o chefe responsável, General Edson Vignoli foi de Oficial de Gabinete da reitoria à auxiliar de ensino da disciplina de Estudos de Problemas Brasileiros, passando pela Pró-reitoria Administrativa da instituição. Embora tenha durado até, pelo menos, 1983, a AESI-UFPel deixou pouquíssimos documentos. Entretanto, é possível inferir, a partir do material encontrado no SIAN, que suas investigações transpassam os muros da UFPel, e abrangem também a Universidade de Rio Grande e a UCPel. E para além, é possível observar sua atuação em várias esferas da instituição, desde os concursos até os informantes infiltrados nas classes.

Questões teórico-metodológicas

A pesquisa para realização deste trabalho ocorreu a partir da leitura de bibliografias pertinentes ao tema, assim como o exame no acervo digital do Arquivo Nacional. O site do

⁵ Entrevista concedida à Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

SIAN (Sistema de Informações do Arquivo Nacional) que salvaguarda importantes coleções de documentos oficiais brasileiros está sendo vastamente utilizado na presente pesquisa. Entre relatórios de ações e fichas de alguns dos expurgados também é possível observar quais eram as acusações, assim como ressaltar a condução das investigações pelos agentes repressores. Nessa perspectiva, é relevante ressaltar que pesquisas sobre o contexto da ditadura nas universidades brasileiras a partir da documentação produzida por órgãos de vigilância estão ganhando espaço. A partir da implementação da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), parte dos arquivos referentes à ditadura civil-militar brasileira foram abertos e difundidos em plataformas digitais, o que corroborou para maior acesso público. Entretanto, mesmo a lei sendo vigente em âmbito nacional, muitos dos documentos referentes à repressão nas universidades ainda mantêm um status de “desaparecidos”. Isso porque, os documentos referentes às AESIs das instituições de ensino eram de responsabilidade das mesmas, e a abertura desses arquivos, assim como a investigação sobre os casos de repressão demandam a organização e criação de Comissões da Verdade para “trazer à luz” os documentos. Essa dificuldade para acessar os documentos gera um lento desenvolvimento das pesquisas relacionadas à atuação de sistemas de vigilância nas universidades.

Nesse sentido, o trabalho de Rodrigo de Sá Motta, *As universidades e o regime militar*, é uma das obras mais relevantes sobre o tema, evidenciando as múltiplas ações do aparato repressivo nas universidades. Outros pesquisadores também citam as ações desenvolvidas na universidade no contexto da ditadura, como no caso da dissertação de Jaime Mansan, que ao analisar os expurgos ocorridos na UFRGS, entre 1964 e 1969, utiliza documentos da instituição, principalmente de sua CEIS. Outra relevante contribuição é a dissertação de Leonardo Kantorski, que escreve sobre os expurgos ocorridos na Universidade Federal de Rio Grande sob a lógica da Doutrina de Segurança Nacional, entre 1969 e 1977. Ainda sobre a conjuntura da UFRGS, a dissertação de Letícia Fernandes utiliza os registros do Serviço Nacional de Informações sobre a universidade e propõe um importante debate acerca da vigilância institucionalizada.

Com relação à UFPel, a historiadora Vânia Ferreira traçou em sua dissertação um importante paralelo entre o contexto ditatorial e a criação da universidade. Ao longo de seu texto nos permite compreender o cenário nacional, pontuando ações e táticas de cada governo militar e como, ao analisar as primeiras décadas da universidade, suas ações reverberam na cidade de Pelotas. No entanto, investigações sobre os expurgos realizados na instituição não

foram pesquisadas até o presente momento. É nessa perspectiva que o trabalho aqui apresentado analisa as fichas presentes no SIAN de professores e colaboradores expurgados ao longo deste período. Esta pesquisa auxiliará a investigação sobre o ambiente de repressão e desenvolvimento da instituição.

Resultados parciais

Esta pesquisa está em fase inicial e tem como objetivo investigar não só os expurgos na cidade de Pelotas, mas também as relações de violência institucional ligada a rede de ensino superior na cidade, mais especificamente das faculdades que mais tarde se unificaram para instauração da Universidade Federal de Pelotas (UFPel). Instituída quatro anos após o golpe civil-militar, em 1969, a Universidade também foi palco de violência e repressão. Dirigida por uma gestão que atendia as demandas golpistas, a instituição cresceu ao passo em que reprimiu funcionários e estudantes. Esse crescimento, acompanhado de repressão ideológica, estava ligado à ideologia contida nas diretrizes da DSND, que atuava na repressão de agentes públicos, investigando atividades “subversivas”. Nesse sentido, a despolitização e desmobilização das repartições públicas pretendia prevenir-se da circulação de ideias progressistas para manutenção do golpe. Acompanhada dessa desestruturação política e pela perseguição de “subversivos”, a doutrina favorecia, na cidade de Pelotas, os interesses ideológicos e econômicos das elites pelotenses.

A estrutura repressiva apresentava-se não só em agentes do regime, mas também por intermediários institucionais, como os docentes nas instituições de ensino superior que operaram a partir da formação de Comissões e das Assessorias de Segurança e Informação (ASI), presentes em várias instituições no período. Assim, o presente trabalho compreende que a atividade repressiva não se absteve após a instauração da UFPel, mas se manteve articulada para repelir atitudes possivelmente subversivas na instituição, as quais, através de suas articulações, são o objeto de análise desta investigação.

Considerações finais

Embora em fase inicial, a presente pesquisa aponta para um número maior de expurgados do que os indicados em pesquisas anteriores, já que nem todos os funcionários que passaram por investigação e foram demitidos ou aposentados constam nas pesquisas enquanto expurgados. Dessa forma, entendemos que este tipo de pesquisa amplia a percepção

a respeito das práticas repressivas e punitivas presentes nas instituições de ensino superior durante a ditadura civil-militar, possibilitando assim novas respostas possíveis sobre o período na cidade de Pelotas. Contribuindo não apenas com o suprimento dessa lacuna nas investigações sobre a memória institucional e dos agentes ligados às instituições atingidas pelas investigações da “operação limpeza”, mas também buscando compreender as reverberações da DSND na cidade.

Fontes Legislativas

BRASIL. **Ato Institucional nº 1, de 9 de abril de 1964a**. Modifica a Constituição do Brasil de 1946 quanto à eleição, ao mandato e aos poderes do Presidente da República; confere aos Comandantes-em-chefe das Forças Armadas o poder de suspender direitos políticos e cassar mandatos legislativos, excluía a apreciação judicial desses atos; e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-01-64.htm Acesso em: 24/11/2023.

_____. **Decreto nº 53.897**, de 27 de abril de 1964b. Regulamenta os artigos sétimo e décimo do Ato Institucional de 9 de abril de 1964. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1960-1969/decreto-53897-27-abril-1964-394234-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 24/11/2023. Seu caráter de base legal deve ser compreendido como recurso inconstitucional e arbitrário utilizado pelo bloco dominante para, através de certas formalidades apenas aparentemente “democráticas” (no sentido de democracia burguesa), buscar legitimidade para o regime ditatorial.

Arquivos Públicos

Arquivo Nacional.

Fontes Orais

Carmen Duarte da Silva. Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/09/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel.

Gastão Pureza Duarte. Entrevista concedida a Beatriz Ana Loner, em 19/08/1992 intitulada “Reconstrução da Memória Histórica da Ufpel”. Sob a guarda do Núcleo de Documentação Histórica (NDH) da UFPel

Referências Bibliográficas

ALVES, Maria Helena Moreira. **Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)**. Petrópolis: Vozes, 1985.

DO VALE, J. M. F. Política de educação e política da universidade no pós-64. In: _____. **O Golpe de 1964 e a Ditadura Militar em Perspectiva**. 1. ed. São Paulo: Cultura acadêmica, 2014. p. 49–63.

FERREIRA, Vânia Farias. **Universidade Federal de Pelotas à época da ditadura civil-militar: memórias divergentes de uma trajetória.** Dissertação (Mestrado) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

GONÇALVES, Darlise Gonçalves de. **Acolhei aos perseguidos!** Redes de mobilidade que salvaguardavam vidas na fronteira entre Brasil e Uruguai (1964-1975). Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2022.

KANTORSKI, Leonardo Prado. **Expurgo de docentes na lógica da Doutrina da Segurança Nacional: o caso da FURG (1969-1977).** Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Instituto de Sociologia e Política. Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

MANSAN, Jaime Valim. **Os expurgos na UFRGS:** Afastamentos sumários de professores da Universidade Federal do Rio Grande do Sul no contexto da ditadura civil-militar brasileira (1964-1969). Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2009.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar:** cultura política brasileira e modernização autoritária. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Veridiana Bertelli Ferreira de. **A UFSC na ditadura civil-militar:** um projeto de "desenvolvimento com segurança". Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2018.

SILVEIRA, Marília Brandão Amaro da. **Ditadura Civil Militar na Região Sul Gaúcha Militâncias e Rotas de Exílio.** Dissertação (Mestrado) — Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

TAVARES, Tânia dos santos. Grupo dos Onze: a esquerda brizolista: (1963-1964). XXVI Simpósio Nacional de História, 2015, Florianópolis. **Anais eletrônicos**, p. 1-15 Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548945016_8cdb2337b04cb0f1ead6b451d5f62331.pdf. Acesso em: 10 nov. 2022